

Protocolo | Contrato | Acordo

11. Proposta - Celebração dos Protocolos C.E.D - concretização de programas de captura, esterilização e devolução (CED) para gatos.

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a celebração dos Protocolos C.E.D- concretização de programas de captura, esterilização e devolução para gatos, com as seguintes Associações de Proteção Animal sedeadas e com atuação no Município de Braga, de acordo com as competências previstas nas alíneas ii), jj) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

- a) Associação para a proteção de animais errantes de braga – APPANIBRAG;
- b) Abandoned pets;
- c) Bragatos;
- d) Abrigo da Luna.

Assunto: Aprovação Reunião de Câmara Protocolos CED

PROPOSTA:

Considerando que:

1. As alíneas ii), jj) e u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à lei nº 75/2013, de 12 de setembro preceituam que constitui competência da Câmara Municipal proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, bem como deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos, podendo apoiar atividades de interesse para o Município, incluindo aqueles que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças;
2. Na sequência do disposto na Lei nº 27/2016, de 23 de agosto, e na Portaria nº 146/2017, de 26 de abril, que veio regulamentar a referida Lei, é proibido o abate ou occisão de animais, e determinou-se que o Estado, por razões de saúde pública, deve assegurar através dos Centros de Recolha Oficiais, a captura, vacinação e esterilização dos animais errantes, assim como a concretização de programas de captura, esterilização e devolução (CED) para gatos;
3. No âmbito das políticas de bem-estar animal, o Município de Braga tem apoiado diversas ações de proteção animal, empenhando-se na implementação e desenvolvimento do Programa de Captura, Esterilização e Devolução (Programa CED) de animais errantes a fim de permitir um controlo da população de felinos no concelho de Braga;
4. As Associações Zoófilas que acompanham e monitorizam as colónias de gatos são parceiras fundamentais na execução do programa CED, pelo que se impõe a celebração dos protocolos que se anexam;

Assim:

Atendendo às competências previstas nas alíneas ii), jj) e u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que o Executivo Municipal aprove a celebração dos Protocolos C.E.D. em anexo, com as seguintes Associações de Proteção Animal sedeadas e com atuação no Município de Braga:

- A) ASSOCIAÇÃO PARA A PROTEÇÃO DE ANIMAIS ERRANTES DE BRAGA – APPANIBRAG
- B) ABANDONED PETS
- C) BRAGATOS
- D) ABRIGO DA LUNA »

A Jurista

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO
PARA
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CED

Nos termos do disposto nas alíneas ii), jj) e u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, constitui competência da câmara municipal proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, bem como deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos, podendo apoiar atividades de interesse para o município, incluindo aqueles que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças.

Com a publicação da Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, passou a ser proibido o abate ou occisão de animais, tendo-se determinado que o Estado, por razões de saúde pública, deveria assegurar, por intermédio dos centros de recolha oficial de animais, a captura, vacinação e esterilização dos animais errantes sempre que necessário, assim como a concretização de programas **captura, esterilização, devolução (CED) para gatos**.

A Portaria n.º 146/2017, de 26 de abril, que veio regulamentar a referida Lei nº 27/2016, estabelece como princípio geral, que a existência de animais errantes deve ser evitada mediante a promoção da sua captura, esterilização e adoção e pela implementação de programas de captura, esterilização e devolução, no caso das colónias de gatos.

Quanto aos **Programas CED**, no artigo 9º na Portaria referida, define-se que os mesmos podem realizar-se por iniciativa das câmaras municipais ou mediante proposta de organização de proteção animal a quem a câmara municipal atribua a gestão do programa CED.

Ora,

considerando que:

1. São animais silvestres as crias de gatos domésticos que foram abandonados, ou se perderam e, se reproduziram no domínio público;

2. São gatos assilvestrados os gatos que já foram domésticos, mas que, por terem sido abandonados ou por se terem perdido, já vivem nas ruas há tanto tempo que acabaram por adquirir o comportamento esquivo dos gatos silvestres;
3. Capturar-Esterilizar-Devolver (CED) é um método ético e legal de controlo de colónias de gatos e, de redução da população felina silvestre ao abrigo do número 1, artigo 3.º da Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril;
4. Uma colónia esterilizada e controlada pode reduzir os incómodos causados por gritos de acasalamento, lutas e cheiros resultantes da marcação de território, ao mesmo tempo que desempenha um importante papel de controlo da população de roedores;
5. A existência de uma população de gatos silvestres numa dada área geralmente aponta para um nicho ecológico capaz de suportar aproximadamente esse volume de gatos e que a remoção permanente dos gatos desse nicho cria um vazio ecológico que será preenchido pelos gatos migrantes das áreas envolventes (efeito de vácuo), que irão reproduzir até atingir a capacidade máxima do nicho;
6. Os gatos migrantes não estão esterilizados e causam, por isso, problemas associados à reprodução excessiva, aos ruídos e aos maus cheiros;
7. A implementação e desenvolvimento de programas CED, de acordo com o artigo 9.º da Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril, acarreta vantagens, nomeadamente a redução do número de gatos silvestres, assilvestrados e vadios, menos eutanásias, menos queixas aos serviços camarários, mobilização de ações de voluntariado e redução de custos;
8. São atribuições do Município a promoção de medidas adequadas à salvaguarda do bem-estar animal;
9. O Município celebrou a dia 20 de abril de 2018, um Protocolo de Cooperação com a Ordem dos Médicos Veterinários, no âmbito do **PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À SAÚDE VETERINÁRIA PARA ANIMAIS DE COMPANHIA EM RISCO (PNASVACR) – CHEQUE VETERINÁRIO**, programa este que se destina à coordenação da atribuição de cheques veterinários emitidos pelos Municípios que irão atribuir aos responsáveis pelos animais em risco, por eles identificados, para utilização nos CAMV participantes na rede Cheque Veterinário.

Neste sentido, é livremente e de boa-fé celebrado o presente Protocolo, que se enquadra pelos considerandos supra enunciados, entre:

O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, em Braga, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, neste ato devida e legalmente representado pelo seu Presidente, Dr. RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, com poderes para o ato, doravante designado simplesmente por **Município**,

E a

APPANIBRAG – Associação para a Proteção de Animais Errantes de Braga, com sede na Rua Quinta de Cabanas, 31 6º Dto, 4700-003 Braga, Braga, pessoa coletiva nº 514593547, representada pelo(a) seu(ua) Presidente da Direção, Sónia Marinho e, doravante designada por **Associação**,

O qual se regerá pelas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

(Objeto)

O presente protocolo estabelece os termos genéricos da colaboração entre as partes com vista ao controlo populacional dos animais felídeos errantes e silvestres, nomeadamente através de:

- a) Desenvolvimento de um programa de gestão CED, por iniciativa do Município, em colónias de gatos silvestres e assilvestrados, em articulação com a Associação de Proteção Animal;
- b) Identificação, sinalização, recolha e esterilização de felídeos potencialmente adotáveis, integrados em colónias, com vista ao seu acolhimento e adoção.

SEGUNDA

(Compromissos da ASSOCIAÇÃO)

- 1. A associação compromete-se a apoiar o município na implementação e desenvolvimento do projeto CED.
- 2. No âmbito do presente Protocolo, a segunda compromete-se a:

- a)** Assegurar a existência de um plano de gestão da(s) colónia(s), do qual conste a identificação do médico veterinário assistente e das pessoas que na Associação são responsáveis pela execução do programa, nomeadamente pela monitorização diária, alimentação, abeberamento e limpeza;
 - b)** Garantir que os animais que compõem a(s) Colónia(s) são avaliados periodicamente do ponto de vista clínico, de forma a despistar doenças transmissíveis que, casuisticamente, sejam consideradas importantes;
 - c)** Assegurar que a colónia intervencionada será supervisionada controlando as saídas ou entradas de novos animais, ou quaisquer outros fatores que perturbem a estabilidade da colónia, a segurança e a tranquilidade pública e da vizinhança, de tudo mantendo registo.
 - d)** Que os animais portadores de doenças transmissíveis a outros animais ou a seres humanos são retirados da(s) colónia(s);
 - e)** Proceder à captura de gatos assilvestrados;
 - f)** Transportar os gatos assilvestrados para as clínicas protocoladas para que possam ser avaliados, esterilizados e marcados com um pequeno corte na orelha esquerda, registados e identificados eletronicamente em nome da associação promotora do CED, e desparasitados e vacinados contra a raiva ou outras medidas profiláticas obrigatórias ou consideradas no plano de gestão da colónia;
 - g)** Transportar os gatos de volta à colónia e devolução, com a libertação dos animais no mesmo local onde foram capturados;
 - h)** Assegurar que a dimensão da colónia de gatos não põe em causa a salubridade, a saúde pública e a segurança de pessoas, animais e bens. Assim como, os alojamentos e espaços utilizados pela colónia são mantidos livres de resíduos ou restos de comida, de forma a evitar a proliferação de pragas.
- 3.** A Associação deverá ainda, assegurar, trimestralmente (até ao 15º dia do mês seguinte ao fim do trimestre – isto é, até 15 de abril, 15 de julho, 15 de outubro e 15 de janeiro do ano seguinte, no caso do último trimestre) o envio de relatório detalhado com os movimentos dos animais, bem como, com o movimento dos cheques veterinários, e resultados alcançados, comprometendo-se a disponibilizar toda e qualquer informação solicitada pelo Médico Veterinário Municipal.

4. O Município de Braga assume a responsabilidade civil pelos danos causados a terceiros pelos animais felídeos errantes e silvestres, que se encontrem microchipados em nome da Associação, em momento anterior à data do sinistro.

TERCEIRA

(Compromissos do MUNICÍPIO)

1. Incumbe ao Município:
 - a) Atribuir uma verba única de €1.000,00 (mil euros) à associação, para aquisição do material necessário à recolha e captura dos gatos (nomeadamente, armadilhas, transportadoras e jaulas);
 - b) Disponibilizar à segunda os cheques-veterinários (de acordo com o Protocolo celebrado com a OMV para o efeito, que aqui se anexa e deste fica a fazer parte integrante) necessários para o cumprimento do disposto na Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril, até ao limite de €11.000,00(onze mil euros);
2. O valor referido no número anterior, pode ser gasto designadamente em cheques de Implementação CVA1 (Testes FIV, Felv, PIF), ou em cheques de Implementação CVC, CVT e CVCED (Desparasitação, vacina da raiva, identificação eletrónica, cirurgia de esterilização e outros tratamentos necessários.)
3. Quanto à verba referida na alínea a) do número 1, a associação deverá apresentar contas sobre o material comprado.
4. Se as verbas atribuídas pelo presente Protocolo forem utilizadas para outros fins, o Protocolo será automaticamente rescindido pelo Município, devendo a Associação proceder à devolução imediata da(s) verba(s).

QUARTA

(Normas para Utilização do Cheque Veterinário)

- 1- Após a emissão e atribuição do cheque veterinário pelo Município, os animais são encaminhados para um dos CAMV aderentes e preferencialmente

- pertencentes ao respetivo Município [estando a listagem com os CAMV aderentes disponibilizada na área pública do website da OMV (www.omv.pt)].
- 2- Os cheques veterinários, médicos e cirúrgicos, só serão concedidos aos animais com identificação eletrónica.
 - 3- A escolha do CAMV para utilização do cheque veterinário, pela Associação, deve seguir os seguintes critérios:
 - a) proximidade geográfica;
 - b) nos casos de urgência, e sempre que aplicável, deve ser atribuído ao CAMV que se encontra em serviço de urgência, segundo um esquema de rotatividade;
 - c) por escolha da associação.
 5. O médico veterinário deve validar o cheque veterinário na base de dados – OMV Cheque Veterinário criada para o efeito e no final do ato clínico proceder ao seu registo.
 6. O cheque veterinário quando atribuído terá uma validade de 30 dias, a contar da data de sua emissão.

QUINTA

(Exclusão de responsabilidade)

Os atos médico-veterinários praticados ao abrigo do presente protocolo serão da exclusiva responsabilidade dos médicos veterinários pertencentes aos CAMV aderentes ao Programa – Cheque Veterinário, não podendo ser imputado ao Município qualquer dano, por dolo ou negligência, em virtude de ato médico-veterinário praticado.

SEXTA

(Base de Dados)

Os dois outorgantes alimentarão uma base de dados comum, de onde constarão as informações relevantes sobre todos os animais intervencionados no concelho de Braga, ao abrigo do presente Protocolo, incluindo a localização e o número de efetivos de cada colónia.

SÉTIMA

(Outras atividades)

No âmbito do presente Protocolo, os dois outorgantes realizarão, de forma conjunta, ações de formação de voluntários, campanhas de adoção, ações de educação nas escolas e de sensibilização da população, para as várias temáticas relativas aos animais, como a importância da esterilização dos animais de companhia, de prevenção do abandono, da obrigatoriedade de remoção dos dejetos da via pública, e outros temas ligados à defesa animal e à segurança e salubridade públicas.

OITAVA

(Divulgação)

As partes, de forma articulada, procederão à divulgação das iniciativas levadas a cabo no âmbito do presente protocolo, utilizando os canais disponíveis para o efeito.

NONA

(Prazo e Renovação)

1. O presente protocolo vigora para o ano de 2023, renovando-se anualmente, em janeiro de cada ano, se dos relatórios apresentados pela Associação, nos termos do nº 2 da Cláusula Segunda, se verificar que os resultados foram alcançados e o objetivo de controlo das colónias está a ser devidamente conseguido.
2. As renovações não implicarão automaticamente a atribuição das verbas referidas na Cláusula Terceira.
3. A verba constante da alínea a) do nº 1 da referida cláusula terceira, em princípio, só será atribuída uma vez, a não ser em casos devidamente justificados, avaliados e apreciados pelo Município.
4. A verba constante da alínea b) do nº 1 da cláusula terceira, poderá sofrer alterações necessárias à adequação do número de animais a intervir no ano da renovação e será determinada consoante o plano de intervenção apresentado pela Associação, de acordo com a disponibilidade financeira do Município e

ainda, de acordo com o número de Protocolos assinados ou a assinar pelo Município com outras entidades.

5. Qualquer uma das partes pode denunciar a qualquer tempo o presente protocolo, mediante carta registada com aviso de receção, com antecedência mínima de sessenta dias relativamente à data em que se pretende que a denúncia se torne eficaz.

DÉCIMA

(Incumprimento, Rescisão e Sanções)

1. O incumprimento do projeto e atividades ou das condições estabelecidas no presente protocolo, constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Município.
2. Sempre que o Município verifique que não está cumprido qualquer dos requisitos referidos no n.º 4 do artigo 9.º da Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril, pode determinar medidas corretivas ou a suspensão do programa CED em curso e proceder à recolha dos animais para o CRO.
3. Independentemente do disposto no número anterior, as partes podem, em qualquer momento, cessar todos os efeitos do presente protocolo mediante denúncia.
4. Para efeitos dos números anteriores, a rescisão por incumprimento ou denúncia processa-se através de comunicação escrita, com aviso de receção, dirigida à contraparte com a antecedência mínima de trinta dias.
5. Havendo incumprimento, a Associação fica impedida de recorrer a novos auxílios/apoios, durante o prazo de dois anos.

DÉCIMA-PRIMEIRA

(Revisão do Protocolo)

1. Qualquer alteração, adaptação ou aditamento ao presente Protocolo carece de prévio acordo entre as partes, dependendo de expressa concordância de ambas, devendo ser reduzidas a escrito, mediante adenda, a qual fará parte integrante do mesmo.

2. O protocolo pode ainda ser objeto de revisão, unilateralmente pelo Município, em resultado de imposição legal superveniente ou ponderoso interesse público, ficando sempre sujeita a prévia aprovação da Câmara Municipal.

DÉCIMA-SEGUNDA

(Omissões)

Tudo quanto é omissa no presente protocolo será dirimido por acordo entre as partes contratantes.

DÉCIMA-TERCEIRA

(Produção de efeitos)

O presente Protocolo produzirá efeitos a partir da data da sua assinatura.

Paços do Município de Braga, ... de junho de 2023

Pela Associação APPANIBRAG,

Pelo Município de Braga,

O Presidente da Direção

O Vereador

*(Com a área de responsabilidade da
Política Animal, com competência delegada
por Despacho do Sr. Presidente de 18 de
outubro de 2021)*

Documentos anexos:

- ~~1. Fotocópia da escritura pública de constituição e Estatutos da associação~~
- ~~2. Fotocópia da Ata de eleição dos corpos sociais em exercício~~
- ~~3. Certidões comprovativas da situação regularizada perante o Município, a SS e a AT~~
- ~~4. Colónias identificadas~~

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO
PARA
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CED

Nos termos do disposto nas alíneas ii), jj) e u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, constitui competência da câmara municipal proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, bem como deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos, podendo apoiar atividades de interesse para o município, incluindo aqueles que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças.

Com a publicação da Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, passou a ser proibido o abate ou occisão de animais, tendo-se determinado que o Estado, por razões de saúde pública, deveria assegurar, por intermédio dos centros de recolha oficial de animais, a captura, vacinação e esterilização dos animais errantes sempre que necessário, assim como a concretização de programas **captura, esterilização, devolução (CED) para gatos**.

A Portaria n.º 146/2017, de 26 de abril, que veio regulamentar a referida Lei nº 27/2016, estabelece como princípio geral, que a existência de animais errantes deve ser evitada mediante a promoção da sua captura, esterilização e adoção e pela implementação de programas de captura, esterilização e devolução, no caso das colónias de gatos.

Quanto aos **Programas CED**, no artigo 9º na Portaria referida, define-se que os mesmos podem realizar-se por iniciativa das câmaras municipais ou mediante proposta de organização de proteção animal a quem a câmara municipal atribua a gestão do programa CED.

Ora,

considerando que:

1. São animais silvestres as crias de gatos domésticos que foram abandonados, ou se perderam e, se reproduziram no domínio público;

2. São gatos assilvestrados os gatos que já foram domésticos, mas que, por terem sido abandonados ou por se terem perdido, já vivem nas ruas há tanto tempo que acabaram por adquirir o comportamento esquivo dos gatos silvestres;
3. Capturar-Esterilizar-Devolver (CED) é um método ético e legal de controlo de colónias de gatos e, de redução da população felina silvestre ao abrigo do número 1, artigo 3.º da Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril;
4. Uma colónia esterilizada e controlada pode reduzir os incómodos causados por gritos de acasalamento, lutas e cheiros resultantes da marcação de território, ao mesmo tempo que desempenha um importante papel de controlo da população de roedores;
5. A existência de uma população de gatos silvestres numa dada área geralmente aponta para um nicho ecológico capaz de suportar aproximadamente esse volume de gatos e que a remoção permanente dos gatos desse nicho cria um vazio ecológico que será preenchido pelos gatos migrantes das áreas envolventes (efeito de vácuo), que irão reproduzir até atingir a capacidade máxima do nicho;
6. Os gatos migrantes não estão esterilizados e causam, por isso, problemas associados à reprodução excessiva, aos ruídos e aos maus cheiros;
7. A implementação e desenvolvimento de programas CED, de acordo com o artigo 9.º da Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril, acarreta vantagens, nomeadamente a redução do número de gatos silvestres, assilvestrados e vadios, menos eutanásias, menos queixas aos serviços camarários, mobilização de ações de voluntariado e redução de custos;
8. São atribuições do Município a promoção de medidas adequadas à salvaguarda do bem-estar animal;
9. O Município celebrou a dia 20 de abril de 2018, um Protocolo de Cooperação com a Ordem dos Médicos Veterinários, no âmbito do **PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À SAÚDE VETERINÁRIA PARA ANIMAIS DE COMPANHIA EM RISCO (PNASVACR) – CHEQUE VETERINÁRIO**, programa este que se destina à coordenação da atribuição de cheques veterinários emitidos pelos Municípios que irão atribuir aos responsáveis pelos animais em risco, por eles identificados, para utilização nos CAMV participantes na rede Cheque Veterinário.

Neste sentido, é livremente e de boa-fé celebrado o presente Protocolo, que se enquadra pelos considerandos supra enunciados, entre:

O **MUNICIPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, em Braga, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, neste ato devida e legalmente representado pelo seu Presidente, Dr. RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, com poderes para o ato, doravante designado simplesmente por **Município**,

E a

Associação de Proteção Animal Abandoned Pets, Associação pela dignidade animal – SOS ADOPTA, com sede em Rua da Universidade n.º 58, pessoa coletiva nº 510688080, representada pelo(a) seu(ua) Presidente da Direção, _____, doravante designada por **Associação**,

O qual se regerá pelas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

(Objeto)

O presente protocolo estabelece os termos genéricos da colaboração entre as partes com vista ao controlo populacional dos animais felídeos errantes e silvestres, nomeadamente através de:

- a) Desenvolvimento de um programa de gestão CED, por iniciativa do Município, em colónias de gatos silvestres e assilvestrados, em articulação com a Associação de Proteção Animal;
- b) Identificação, sinalização, recolha e esterilização de felídeos potencialmente adotáveis, integrados em colónias, com vista ao seu acolhimento e adoção.

SEGUNDA

(Compromissos da ASSOCIAÇÃO)

- 1. A associação compromete-se a apoiar o município na implementação e desenvolvimento do projeto CED.
- 2. No âmbito do presente Protocolo, a segunda compromete-se a:

- a)** Assegurar a existência de um plano de gestão da(s) colónia(s), do qual conste a identificação do médico veterinário assistente e das pessoas que na Associação são responsáveis pela execução do programa, nomeadamente pela monitorização diária, alimentação, abeberamento e limpeza;
- b)** Garantir que os animais que compõem a(s) Colónia(s) são avaliados periodicamente do ponto de vista clínico, de forma a despistar doenças transmissíveis que, casuisticamente, sejam consideradas importantes;
- c)** Assegurar que a colónia intervencionada será supervisionada controlando as saídas ou entradas de novos animais, ou quaisquer outros fatores que perturbem a estabilidade da colónia, a segurança e a tranquilidade pública e da vizinhança, de tudo mantendo registo.
- d)** Que os animais portadores de doenças transmissíveis a outros animais ou a seres humanos são retirados da(s) colónia(s);
- e)** Proceder à captura de gatos assilvestrados;
- f)** Transportar os gatos assilvestrados para as clínicas protocoladas para que possam ser avaliados, esterilizados e marcados com um pequeno corte na orelha esquerda, registados e identificados eletronicamente em nome da associação promotora do CED, e desparasitados e vacinados contra a raiva ou outras medidas profiláticas obrigatórias ou consideradas no plano de gestão da colónia;
- g)** Transportar os gatos de volta à colónia e devolução, com a libertação dos animais no mesmo local onde foram capturados;
- h)** Assegurar que a dimensão da colónia de gatos não põe em causa a salubridade, a saúde pública e a segurança de pessoas, animais e bens. Assim como, os alojamentos e espaços utilizados pela colónia são mantidos livres de resíduos ou restos de comida, de forma a evitar a proliferação de pragas.

3. A Associação deverá ainda, assegurar, trimestralmente (até ao 15º dia do mês seguinte ao fim do trimestre – isto é, até 15 de abril, 15 de julho, 15 de outubro e 15 de janeiro do ano seguinte, no caso do último trimestre) o envio de relatório detalhado com os movimentos dos animais, bem como, com o movimento dos cheques veterinários, e resultados alcançados, comprometendo-se a disponibilizar toda e qualquer informação solicitada pelo Médico Veterinário Municipal.

4. O Município de Braga assume a responsabilidade civil pelos danos causados a terceiros pelos animais felídeos errantes e silvestres, que se encontrem microchipados em nome da Associação, em momento anterior à data do sinistro.

TERCEIRA

(Compromissos do MUNICÍPIO)

1. Incumbe ao Município:
 - a) Atribuir uma verba única de €1.000,00 (mil euros) à associação, para aquisição do material necessário à recolha e captura dos gatos (nomeadamente, armadilhas, transportadoras e jaulas);
 - b) Disponibilizar à segunda os cheques-veterinários (de acordo com o Protocolo celebrado com a OMV para o efeito, que aqui se anexa e deste fica a fazer parte integrante) necessários para o cumprimento do disposto na Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril, até ao limite de €10.000,00 (dez mil euros);
2. O valor referido no número anterior, pode ser gasto designadamente em cheques de Implementação CVA1 (Testes FIV, Felv, PIF), ou em cheques de Implementação CVC, CVT e CVCED (Desparasitação, vacina da raiva, identificação eletrónica, cirurgia de esterilização e outros tratamentos necessários.)
3. Quanto à verba referida na alínea a) do número 1, a associação deverá apresentar contas sobre o material comprado.
4. Se as verbas atribuídas pelo presente Protocolo forem utilizadas para outros fins, o Protocolo será automaticamente rescindido pelo Município, devendo a Associação proceder à devolução imediata da(s) verba(s).

QUARTA

(Normas para Utilização do Cheque Veterinário)

- 1- Após a emissão e atribuição do cheque veterinário pelo Município, os animais são encaminhados para um dos CAMV aderentes e preferencialmente

- pertencentes ao respetivo Município [estando a listagem com os CAMV aderentes disponibilizada na área pública do website da OMV (www.omv.pt)].
- 2- Os cheques veterinários, médicos e cirúrgicos, só serão concedidos aos animais com identificação eletrónica.
 - 3- A escolha do CAMV para utilização do cheque veterinário, pela Associação, deve seguir os seguintes critérios:
 - a) proximidade geográfica;
 - b) nos casos de urgência, e sempre que aplicável, deve ser atribuído ao CAMV que se encontra em serviço de urgência, segundo um esquema de rotatividade;
 - c) por escolha da associação.
 5. O médico veterinário deve validar o cheque veterinário na base de dados – OMV Cheque Veterinário criada para o efeito e no final do ato clínico proceder ao seu registo.
 6. O cheque veterinário quando atribuído terá uma validade de 30 dias, a contar da data de sua emissão.

QUINTA

(Exclusão de responsabilidade)

Os atos médico-veterinários praticados ao abrigo do presente protocolo serão da exclusiva responsabilidade dos médicos veterinários pertencentes aos CAMV aderentes ao Programa – Cheque Veterinário, não podendo ser imputado ao Município qualquer dano, por dolo ou negligência, em virtude de ato médico-veterinário praticado.

SEXTA

(Base de Dados)

Os dois outorgantes alimentarão uma base de dados comum, de onde constarão as informações relevantes sobre todos os animais intervencionados no concelho de Braga, ao abrigo do presente Protocolo, incluindo a localização e o número de efetivos de cada colónia.

SÉTIMA

(Outras atividades)

No âmbito do presente Protocolo, os dois outorgantes realizarão, de forma conjunta, ações de formação de voluntários, campanhas de adoção, ações de educação nas escolas e de sensibilização da população, para as várias temáticas relativas aos animais, como a importância da esterilização dos animais de companhia, de prevenção do abandono, da obrigatoriedade de remoção dos dejetos da via pública, e outros temas ligados à defesa animal e à segurança e salubridade públicas.

OITAVA

(Divulgação)

As partes, de forma articulada, procederão à divulgação das iniciativas levadas a cabo no âmbito do presente protocolo, utilizando os canais disponíveis para o efeito.

NONA

(Prazo e Renovação)

1. O presente protocolo vigora para o ano de 2023, renovando-se anualmente, em janeiro de cada ano, se dos relatórios apresentados pela Associação, nos termos do nº 2 da Cláusula Segunda, se verificar que os resultados foram alcançados e o objetivo de controlo das colónias está a ser devidamente conseguido.
2. As renovações não implicarão automaticamente a atribuição das verbas referidas na Cláusula Terceira.
3. A verba constante da alínea a) do nº 1 da referida cláusula terceira, em princípio, só será atribuída uma vez, a não ser em casos devidamente justificados, avaliados e apreciados pelo Município.
4. A verba constante da alínea b) do nº 1 da cláusula terceira, poderá sofrer as alterações necessárias à adequação do número de animais a intervir no ano da renovação e será determinada consoante o plano de intervenção apresentado pela Associação, de acordo com a disponibilidade financeira do Município e

ainda, de acordo com o número de Protocolos assinados ou a assinar pelo Município com outras entidades.

5. Qualquer uma das partes pode denunciar a qualquer tempo o presente protocolo, mediante carta registada com aviso de receção, com antecedência mínima de sessenta dias relativamente à data em que se pretende que a denúncia se torne eficaz.

DÉCIMA

(Incumprimento, Rescisão e Sanções)

1. -- O incumprimento do projeto e atividades ou das condições estabelecidas no presente protocolo, constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Município.
2. -- Sempre que o Município verifique que não está cumprido qualquer dos requisitos referidos no n.º 4 do artigo 9.º da Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril, pode determinar medidas corretivas ou a suspensão do programa CED em curso e proceder à recolha dos animais para o CRO.
3. -- Independentemente do disposto no número anterior, as partes podem, em qualquer momento, cessar todos os efeitos do presente protocolo mediante denúncia.
4. -- Para efeitos dos números anteriores, a rescisão por incumprimento ou denúncia processa-se através de comunicação escrita, com aviso de receção, dirigida à contraparte com a antecedência mínima de trinta dias.
5. -- Havendo incumprimento, a Associação fica impedida de recorrer a novos auxílios/apoios, durante o prazo de dois anos.

DÉCIMA-PRIMEIRA

(Revisão do Protocolo)

1. Qualquer alteração, adaptação ou aditamento ao presente Protocolo carece de prévio acordo entre as partes, dependendo de expressa concordância de ambas, devendo ser reduzidas a escrito, mediante adenda, a qual fará parte integrante do mesmo.

2. O protocolo pode ainda ser objeto de revisão, unilateralmente pelo Município, em resultado de imposição legal superveniente ou ponderoso interesse público, ficando sempre sujeita a prévia aprovação da Câmara Municipal.

DÉCIMA-SEGUNDA

(Omissões)

Tudo quanto é omissa no presente protocolo será dirimido por acordo entre as partes contratantes.

DÉCIMA-TERCEIRA

(Produção de efeitos)

O presente Protocolo produzirá efeitos a partir da data da sua assinatura.

Paços do Município de Braga, ... de junho de 2023

Pela Associação Abandoned Pets,

Pelo Município de Braga,

O Presidente da Direção

O Vereador

*(Com a área de responsabilidade da
Política Animal, com competência delegada
por Despacho do Sr. Presidente de 18 de
outubro de 2021)*

Documentos anexos:

1. Fotocópia da escritura pública de constituição e Estatutos da associação
2. Fotocópia da Ata de eleição dos corpos sociais em exercício
3. Certidões comprovativas da situação regularizada perante o Município, a SS e a AT
4. Colónias identificadas

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO
PARA
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CED

Nos termos do disposto nas alíneas ii), jj) e u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, constitui competência da câmara municipal proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, bem como deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos, podendo apoiar atividades de interesse para o município, incluindo aqueles que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças.

Com a publicação da Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, passou a ser proibido o abate ou occisão de animais, tendo-se determinado que o Estado, por razões de saúde pública, deveria assegurar, por intermédio dos centros de recolha oficial de animais, a captura, vacinação e esterilização dos animais errantes sempre que necessário, assim como a concretização de programas **captura, esterilização, devolução (CED) para gatos**.

A Portaria n.º 146/2017, de 26 de abril, que veio regulamentar a referida Lei nº 27/2016, estabelece como princípio geral, que a existência de animais errantes deve ser evitada mediante a promoção da sua captura, esterilização e adoção e pela implementação de programas de captura, esterilização e devolução, no caso das colónias de gatos.

Quanto aos **Programas CED**, no artigo 9º na Portaria referida, define-se que os mesmos podem realizar-se por iniciativa das câmaras municipais ou mediante proposta de organização de proteção animal a quem a câmara municipal atribua a gestão do programa CED.

Ora,

Considerando que:

1. São animais silvestres as crias de gatos domésticos que foram abandonados, ou se perderam e, se reproduziram no domínio público;

2. São gatos assilvestrados os gatos que já foram domésticos, mas que, por terem sido abandonados ou por se terem perdido, já vivem nas ruas há tanto tempo que acabaram por adquirir o comportamento esquivo dos gatos silvestres;
3. Capturar-Esterilizar-Devolver (CED) é um método ético e legal de controlo de colónias de gatos e, de redução da população felina silvestre ao abrigo do número 1, artigo 3.º da Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril;
4. Uma colónia esterilizada e controlada pode reduzir os incómodos causados por gritos de acasalamento, lutas e cheiros resultantes da marcação de território, ao mesmo tempo que desempenha um importante papel de controlo da população de roedores;
5. A existência de uma população de gatos silvestres numa dada área geralmente aponta para um nicho ecológico capaz de suportar aproximadamente esse volume de gatos e que a remoção permanente dos gatos desse nicho cria um vazio ecológico que será preenchido pelos gatos migrantes das áreas envolventes (efeito de vácuo), que irão reproduzir até atingir a capacidade máxima do nicho;
6. Os gatos migrantes não estão esterilizados e causam, por isso, problemas associados à reprodução excessiva, aos ruídos e aos maus cheiros;
7. A implementação e desenvolvimento de programas CED, de acordo com o artigo 9.º da Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril, acarreta vantagens, nomeadamente a redução do número de gatos silvestres, assilvestrados e vadios, menos eutanásias, menos queixas aos serviços camarários, mobilização de ações de voluntariado e redução de custos;
8. São atribuições do Município a promoção de medidas adequadas à salvaguarda do bem-estar animal;
9. O Município celebrou a dia 20 de abril de 2018, um Protocolo de Cooperação com a Ordem dos Médicos Veterinários, no âmbito do **PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À SAÚDE VETERINÁRIA PARA ANIMAIS DE COMPANHIA EM RISCO (PNASVACR) – CHEQUE VETERINÁRIO**, programa este que se destina à coordenação da atribuição de cheques veterinários emitidos pelos Municípios que irão atribuir aos responsáveis pelos animais em risco, por eles identificados, para utilização nos CAMV participantes na rede Cheque Veterinário.

Neste sentido, é livremente e de boa-fé celebrado o presente Protocolo, que se enquadra pelos considerandos supra enunciados, entre:

O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, em Braga, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, neste ato devida e legalmente representado pelo seu Presidente, Dr. RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, com poderes para o ato, doravante designado simplesmente por **Município**,

E a

BRAGATOS – Associação de Proteção Animal, com sede _____, Braga, pessoa coletiva nº _____, representada pelo(a) seu(ua) Presidente da Direção, e, , doravante designada por **Associação**,

O qual se regerá pelas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

(Objeto)

O presente protocolo estabelece os termos genéricos da colaboração entre as partes com vista ao controlo populacional dos animais felídeos errantes e silvestres, nomeadamente através de:

- a) Desenvolvimento de um programa de gestão CED, por iniciativa do Município, em colónias de gatos silvestres e assilvestrados, em articulação com a Associação de Proteção Animal;
- b) Identificação, sinalização, recolha e esterilização de felídeos potencialmente adotáveis, integrados em colónias, com vista ao seu acolhimento e adoção.

SEGUNDA

(Compromissos da ASSOCIAÇÃO)

- 1. A associação compromete-se a apoiar o município na implementação e desenvolvimento do projeto CED.
- 2. No âmbito do presente Protocolo, a segunda compromete-se a:

- a)** Assegurar a existência de um plano de gestão da(s) colónia(s), do qual conste a identificação do médico veterinário assistente e das pessoas que na Associação são responsáveis pela execução do programa, nomeadamente pela monitorização diária, alimentação, abeberamento e limpeza;
- b)** Garantir que os animais que compõem a(s) Colónia(s) são avaliados periodicamente do ponto de vista clínico, de forma a despistar doenças transmissíveis que, casuisticamente, sejam consideradas importantes;
- c)** Assegurar que a colónia intervencionada será supervisionada controlando as saídas ou entradas de novos animais, ou quaisquer outros fatores que perturbem a estabilidade da colónia, a segurança e a tranquilidade pública e da vizinhança, de tudo mantendo registo.
- d)** Que os animais portadores de doenças transmissíveis a outros animais ou a seres humanos são retirados da(s) colónia(s);
- e)** Proceder à captura de gatos assilvestrados;
- f)** Transportar os gatos assilvestrados para as clínicas protocoladas para que possam ser avaliados, esterilizados e marcados com um pequeno corte na orelha esquerda, registados e identificados eletronicamente em nome da associação promotora do CED, e desparasitados e vacinados contra a raiva ou outras medidas profiláticas obrigatórias ou consideradas no plano de gestão da colónia;
- g)** Transportar os gatos de volta à colónia e devolução, com a libertação dos animais no mesmo local onde foram capturados;
- h)** Assegurar que a dimensão da colónia de gatos não põe em causa a salubridade, a saúde pública e a segurança de pessoas, animais e bens. Assim como, os alojamentos e espaços utilizados pela colónia são mantidos livres de resíduos ou restos de comida, de forma a evitar a proliferação de pragas.

3. A Associação deverá ainda, assegurar, trimestralmente (até ao 15º dia do mês seguinte ao fim do trimestre – isto é, até 15 de abril, 15 de julho, 15 de outubro e 15 de janeiro do ano seguinte, no caso do último trimestre) o envio de relatório detalhado com os movimentos dos animais, bem como, com o movimento dos cheques veterinários, e resultados alcançados, comprometendo-se a disponibilizar toda e qualquer informação solicitada pelo Médico Veterinário Municipal.

4. O Município de Braga assume a responsabilidade civil pelos danos causados a terceiros pelos animais felídeos errantes e silvestres, que se encontrem microchipados em nome da Associação, em momento anterior à data do sinistro.

TERCEIRA

(Compromissos do MUNICÍPIO)

1. Incumbe ao Município:
 - a) Atribuir uma verba única de €1.000,00 (mil euros) à associação, para aquisição do material necessário à recolha e captura dos gatos (nomeadamente, armadilhas, transportadoras e jaulas);
 - b) Disponibilizar à segunda os cheques-veterinários (de acordo com o Protocolo celebrado com a OMV para o efeito, que aqui se anexa e deste fica a fazer parte integrante) necessários para o cumprimento do disposto na Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril, até ao limite de €7.000,00(sete mil euros);
2. O valor referido no número anterior, pode ser gasto designadamente em cheques de Implementação CVA1 (Testes FIV, Felv, PIF), ou em cheques de Implementação CVC, CVT e CVCED (Desparasitação, vacina da raiva, identificação eletrónica, cirurgia de esterilização e outros tratamentos necessários).
3. Quanto à verba referida na alínea a) do número 1, a associação deverá apresentar contas sobre o material comprado.
4. Se as verbas atribuídas pelo presente Protocolo forem utilizadas para outros fins, o Protocolo será automaticamente rescindido pelo Município, devendo a Associação proceder à devolução imediata da(s) verba(s).

QUARTA

(Normas para Utilização do Cheque Veterinário)

- 1- Após a emissão e atribuição do cheque veterinário pelo Município, os animais são encaminhados para um dos CAMV aderentes e preferencialmente

- pertencentes ao respetivo Município [estando a listagem com os CAMV aderentes disponibilizada na área pública do website da OMV (www.omv.pt)].
- 2- Os cheques veterinários, médicos e cirúrgicos, só serão concedidos aos animais com identificação eletrónica.
 - 3- A escolha do CAMV para utilização do cheque veterinário, pela Associação, deve seguir os seguintes critérios:
 - a) proximidade geográfica;
 - b) nos casos de urgência, e sempre que aplicável, deve ser atribuído ao CAMV que se encontra em serviço de urgência, segundo um esquema de rotatividade;
 - c) por escolha da associação.
 5. O médico veterinário deve validar o cheque veterinário na base de dados – OMV Cheque Veterinário criada para o efeito e no final do ato clínico proceder ao seu registo.
 6. O cheque veterinário quando atribuído terá uma validade de 30 dias, a contar da data de sua emissão.

QUINTA

(Exclusão de responsabilidade)

Os atos médico-veterinários praticados ao abrigo do presente protocolo serão da exclusiva responsabilidade dos médicos veterinários pertencentes aos CAMV aderentes ao Programa – Cheque Veterinário, não podendo ser imputado ao Município qualquer dano, por dolo ou negligência, em virtude de ato médico-veterinário praticado.

SEXTA

(Base de Dados)

Os dois outorgantes alimentarão uma base de dados comum, de onde constarão as informações relevantes sobre todos os animais intervencionados no concelho de Braga, ao abrigo do presente Protocolo, incluindo a localização e o número de efetivos de cada colónia.

SÉTIMA

(Outras atividades)

No âmbito do presente Protocolo, os dois outorgantes realizarão, de forma conjunta, ações de formação de voluntários, campanhas de adoção, ações de educação nas escolas e de sensibilização da população, para as várias temáticas relativas aos animais, como a importância da esterilização dos animais de companhia, de prevenção do abandono, da obrigatoriedade de remoção dos dejetos da via pública, e outros temas ligados à defesa animal e à segurança e salubridade públicas.

OITAVA

(Divulgação)

As partes, de forma articulada, procederão à divulgação das iniciativas levadas a cabo no âmbito do presente protocolo, utilizando os canais disponíveis para o efeito.

NONA

(Prazo e Renovação)

1. O presente protocolo vigora para o ano de 2023, renovando-se anualmente, em janeiro de cada ano, se dos relatórios apresentados pela Associação, nos termos do nº 2 da Cláusula Segunda, se verificar que os resultados foram alcançados e o objetivo de controlo das colónias está a ser devidamente conseguido.
2. As renovações não implicarão automaticamente a atribuição das verbas referidas na Cláusula Terceira.
3. A verba constante da alínea a) do nº 1 da referida cláusula terceira, em princípio, só será atribuída uma vez, a não ser em casos devidamente justificados, avaliados e apreciados pelo Município.
4. A verba constante da alínea b) do nº 1 da cláusula terceira, poderá sofrer as alterações necessárias à adequação do número de animais a intervir no ano da renovação e será determinada consoante o plano de intervenção apresentado pela Associação, de acordo com a disponibilidade financeira do Município e ainda, de acordo

com o número de Protocolos assinados ou a assinar pelo Município com outras entidades.

5. Qualquer uma das partes pode denunciar a qualquer tempo o presente protocolo, mediante carta registada com aviso de receção, com antecedência mínima de sessenta dias relativamente à data em que se pretende que a denúncia se torne eficaz.

DÉCIMA

(Incumprimento, Rescisão e Sanções)

1. O incumprimento do projeto e atividades ou das condições estabelecidas no presente protocolo, constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Município.
2. Sempre que o Município verifique que não está cumprido qualquer dos requisitos referidos no n.º 4 do artigo 9.º da Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril, pode determinar medidas corretivas ou a suspensão do programa CED em curso e proceder à recolha dos animais para o CRO.
3. Independentemente do disposto no número anterior, as partes podem, em qualquer momento, cessar todos os efeitos do presente protocolo mediante denúncia.
4. Para efeitos dos números anteriores, a rescisão por incumprimento ou denúncia processa-se através de comunicação escrita, com aviso de receção, dirigida à contraparte com a antecedência mínima de trinta dias.
5. Havendo incumprimento, a Associação fica impedida de recorrer a novos auxílios/apoios, durante o prazo de dois anos.

DÉCIMA-PRIMEIRA

(Revisão do Protocolo)

1. Qualquer alteração, adaptação ou aditamento ao presente Protocolo carece de prévio acordo entre as partes, dependendo de expressa concordância de ambas, devendo ser reduzidas a escrito, mediante adenda, a qual fará parte integrante do mesmo.

2. O protocolo pode ainda ser objeto de revisão, unilateralmente pelo Município, em resultado de imposição legal superveniente ou ponderoso interesse público, ficando sempre sujeita a prévia aprovação da Câmara Municipal.

DÉCIMA-SEGUNDA

(Omissões)

Tudo quanto é omissa no presente protocolo será dirimido por acordo entre as partes contratantes.

DÉCIMA-TERCEIRA

(Produção de efeitos)

O presente Protocolo produzirá efeitos a partir da data da sua assinatura.

Paços do Município de Braga, ... de junho de 2023

Pela Associação Bragatos,

Pelo Município de Braga,

O Presidente da Direção

O Vereador

*(Com a área de responsabilidade da
Política Animal, com competência delegada
por Despacho do Sr. Presidente de 18 de
outubro de 2021)*

Documentos anexos:

1. Fotocópia da escritura pública de constituição e Estatutos da associação
2. Fotocópia da Ata de eleição dos corpos sociais em exercício
3. Certidões comprovativas da situação regularizada perante o Município, a SS e a AT
4. Colónias identificadas

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO
PARA
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CED

Nos termos do disposto nas alíneas ii), jj) e u) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, constitui competência da câmara municipal proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, bem como deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos, podendo apoiar atividades de interesse para o município, incluindo aqueles que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças.

Com a publicação da Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, passou a ser proibido o abate ou occisão de animais, tendo-se determinado que o Estado, por razões de saúde pública, deveria assegurar, por intermédio dos centros de recolha oficial de animais, a captura, vacinação e esterilização dos animais errantes sempre que necessário, assim como a concretização de programas **captura, esterilização, devolução (CED) para gatos**.

A Portaria n.º 146/2017, de 26 de abril, que veio regulamentar a referida Lei nº 27/2016, estabelece como princípio geral, que a existência de animais errantes deve ser evitada mediante a promoção da sua captura, esterilização e adoção e pela implementação de programas de captura, esterilização e devolução, no caso das colónias de gatos.

Quanto aos **Programas CED**, no artigo 9º na Portaria referida, define-se que os mesmos podem realizar-se por iniciativa das câmaras municipais ou mediante proposta de organização de proteção animal a quem a câmara municipal atribua a gestão do programa CED.

Ora,

considerando que:

1. São animais silvestres as crias de gatos domésticos que foram abandonados, ou se perderam e, se reproduziram no domínio público;

2. São gatos assilvestrados os gatos que já foram domésticos, mas que, por terem sido abandonados ou por se terem perdido, já vivem nas ruas há tanto tempo que acabaram por adquirir o comportamento esquivo dos gatos silvestres;
3. Capturar-Esterilizar-Devolver (CED) é um método ético e legal de controlo de colónias de gatos e, de redução da população felina silvestre ao abrigo do número 1, artigo 3.º da Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril;
4. Uma colónia esterilizada e controlada pode reduzir os incómodos causados por gritos de acasalamento, lutas e cheiros resultantes da marcação de território, ao mesmo tempo que desempenha um importante papel de controlo da população de roedores;
5. A existência de uma população de gatos silvestres numa dada área geralmente aponta para um nicho ecológico capaz de suportar aproximadamente esse volume de gatos e que a remoção permanente dos gatos desse nicho cria um vazio ecológico que será preenchido pelos gatos migrantes das áreas envolventes (efeito de vácuo), que irão reproduzir até atingir a capacidade máxima do nicho;
6. Os gatos migrantes não estão esterilizados e causam, por isso, problemas associados à reprodução excessiva, aos ruídos e aos maus cheiros;
7. A implementação e desenvolvimento de programas CED, de acordo com o artigo 9.º da Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril, acarreta vantagens, nomeadamente a redução do número de gatos silvestres, assilvestrados e vadios, menos eutanásias, menos queixas aos serviços camarários, mobilização de ações de voluntariado e redução de custos;
8. São atribuições do Município a promoção de medidas adequadas à salvaguarda do bem-estar animal;
9. O Município celebrou a dia 20 de abril de 2018, um Protocolo de Cooperação com a Ordem dos Médicos Veterinários, no âmbito do **PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À SAÚDE VETERINÁRIA PARA ANIMAIS DE COMPANHIA EM RISCO (PNASVACR) – CHEQUE VETERINÁRIO**, programa este que se destina à coordenação da atribuição de cheques veterinários emitidos pelos Municípios que irão atribuir aos responsáveis pelos animais em risco, por eles identificados, para utilização nos CAMV participantes na rede Cheque Veterinário.

Neste sentido, é livremente e de boa-fé celebrado o presente Protocolo, que se enquadra pelos considerandos supra enunciados, entre:

O **MUNICIPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, em Braga, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, neste ato devida e legalmente representado pelo seu Presidente, Dr. RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, com poderes para o ato, doravante designado simplesmente por **Município**,

E a

ABRIGO DA LUNA – Associação de Proteção e Adoção de Animais sem Lar, com sede em _____ pessoa coletiva nº, _____ representada pelo(a) seu(ua) Presidente da Direção, Clara Barbosa ..., doravante designada por **Associação**

O qual se regerá pelas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

(Objeto)

O presente protocolo estabelece os termos genéricos da colaboração entre as partes com vista ao controlo populacional dos animais felídeos errantes e silvestres, nomeadamente através de:

- a) Desenvolvimento de um programa de gestão CED, por iniciativa do Município, em colónias de gatos silvestres e assilvestrados, em articulação com a Associação de Proteção Animal;
- b) Identificação, sinalização, recolha e esterilização de felídeos potencialmente adotáveis, integrados em colónias, com vista ao seu acolhimento e adoção.

SEGUNDA

(Compromissos da ASSOCIAÇÃO)

- 1. A associação compromete-se a apoiar o município na implementação e desenvolvimento do projeto CED.
- 2. No âmbito do presente Protocolo, a segunda compromete-se a:

- a)** Assegurar a existência de um plano de gestão da(s) colónia(s), do qual conste a identificação do médico veterinário assistente e das pessoas que na Associação são responsáveis pela execução do programa, nomeadamente pela monitorização diária, alimentação, abeberamento e limpeza;
- b)** Garantir que os animais que compõem a(s) Colónia(s) são avaliados periodicamente do ponto de vista clínico, de forma a despistar doenças transmissíveis que, casuisticamente, sejam consideradas importantes;
- c)** Assegurar que a colónia intervencionada será supervisionada controlando as saídas ou entradas de novos animais, ou quaisquer outros fatores que perturbem a estabilidade da colónia, a segurança e a tranquilidade pública e da vizinhança, de tudo mantendo registo.
- d)** Que os animais portadores de doenças transmissíveis a outros animais ou a seres humanos são retirados da(s) colónia(s);
- e)** Proceder à captura de gatos assilvestrados;
- f)** Transportar os gatos assilvestrados para as clínicas protocoladas para que possam ser avaliados, esterilizados e marcados com um pequeno corte na orelha esquerda, registados e identificados eletronicamente em nome da associação promotora do CED, e desparasitados e vacinados contra a raiva ou outras medidas profiláticas obrigatórias ou consideradas no plano de gestão da colónia;
- g)** Transportar os gatos de volta à colónia e devolução, com a libertação dos animais no mesmo local onde foram capturados;
- h)** Assegurar que a dimensão da colónia de gatos não põe em causa a salubridade, a saúde pública e a segurança de pessoas, animais e bens. Assim como, os alojamentos e espaços utilizados pela colónia são mantidos livres de resíduos ou restos de comida, de forma a evitar a proliferação de pragas.

3. A Associação deverá ainda, assegurar, trimestralmente (até ao 15º dia do mês seguinte ao fim do trimestre – isto é, até 15 de abril, 15 de julho, 15 de outubro e 15 de janeiro do ano seguinte, no caso do último trimestre) o envio de relatório detalhado com os movimentos dos animais, bem como, com o movimento dos cheques veterinários, e resultados alcançados, comprometendo-se a disponibilizar toda e qualquer informação solicitada pelo Médico Veterinário Municipal.

4. O Município de Braga assume a responsabilidade civil pelos danos causados a terceiros pelos animais felídeos errantes e silvestres, que se encontrem microchipados em nome da Associação, em momento anterior à data do sinistro.

TERCEIRA

(Compromissos do MUNICÍPIO)

1. Incumbe ao Município:
 - a) Atribuir uma verba única de €1.000,00 (mil euros) à associação, para aquisição do material necessário à recolha e captura dos gatos (nomeadamente, armadilhas, transportadoras e jaulas);
 - b) Disponibilizar à segunda os cheques-veterinários (de acordo com o Protocolo celebrado com a OMV para o efeito, que aqui se anexa e deste fica a fazer parte integrante) necessários para o cumprimento do disposto na Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril, até ao limite de €7.000,00(sete mil euros);
2. O valor referido no número anterior, pode ser gasto designadamente em cheques de Implementação CVA1 (Testes FIV, Felv, PIF), ou em cheques de Implementação CVC, CVT e CVCED (Desparasitação, vacina da raiva, identificação eletrónica, cirurgia de esterilização e outros tratamentos necessários.)
3. Quanto à verba referida na alínea a) do número 1, a associação deverá apresentar contas sobre o material comprado.
4. Se as verbas atribuídas pelo presente Protocolo forem utilizadas para outros fins, o Protocolo será automaticamente rescindido pelo Município, devendo a Associação proceder à devolução imediata da(s) verba(s).

QUARTA

(Normas para Utilização do Cheque Veterinário)

- 1- Após a emissão e atribuição do cheque veterinário pelo Município, os animais são encaminhados para um dos CAMV aderentes e preferencialmente pertencentes ao respetivo Município [estando a listagem com os CAMV aderentes disponibilizada na área pública do website da OMV (www.omv.pt)].

- 2- Os cheques veterinários, médicos e cirúrgicos, só serão concedidos aos animais com identificação eletrónica.
- 3- A escolha do CAMV para utilização do cheque veterinário, pela Associação, deve seguir os seguintes critérios:
 - a) proximidade geográfica;
 - b) nos casos de urgência, e sempre que aplicável, deve ser atribuído ao CAMV que se encontra em serviço de urgência, segundo um esquema de rotatividade;
 - c) por escolha da associação.
5. O médico veterinário deve validar o cheque veterinário na base de dados – OMV Cheque Veterinário criada para o efeito e no final do ato clínico proceder ao seu registo.
6. O cheque veterinário quando atribuído terá uma validade de 30 dias, a contar da data de sua emissão.

QUINTA

(Exclusão de responsabilidade)

Os atos médico-veterinários praticados ao abrigo do presente protocolo serão da exclusiva responsabilidade dos médicos veterinários pertencentes aos CAMV aderentes ao Programa – Cheque Veterinário, não podendo ser imputado ao Município qualquer dano, por dolo ou negligência, em virtude de ato médico-veterinário praticado.

SEXTA

(Base de Dados)

Os dois outorgantes alimentarão uma base de dados comum, de onde constarão as informações relevantes sobre todos os animais intervencionados no concelho de Braga, ao abrigo do presente Protocolo, incluindo a localização e o número de efetivos de cada colónia.

SÉTIMA

(Outras atividades)

No âmbito do presente Protocolo, os dois outorgantes realizarão, de forma conjunta, ações de formação de voluntários, campanhas de adoção, ações de educação nas escolas e de sensibilização da população, para as várias temáticas relativas aos animais, como a importância da esterilização dos animais de companhia, de prevenção do abandono, da obrigatoriedade de remoção dos dejetos da via pública, e outros temas ligados à defesa animal e à segurança e salubridade públicas.

OITAVA

(Divulgação)

As partes, de forma articulada, procederão à divulgação das iniciativas levadas a cabo no âmbito do presente protocolo, utilizando os canais disponíveis para o efeito.

NONA

(Prazo e Renovação)

1. O presente protocolo vigora para o ano de 2023, renovando-se anualmente, em janeiro de cada ano, se dos relatórios apresentados pela Associação, nos termos do nº 2 da Cláusula Segunda, se verificar que os resultados foram alcançados e o objetivo de controlo das colónias está a ser devidamente conseguido.
2. As renovações não implicarão automaticamente a atribuição das verbas referidas na Cláusula Terceira.
3. A verba constante da alínea a) do nº 1 da referida cláusula terceira, em princípio, só será atribuída uma vez, a não ser em casos devidamente justificados, avaliados e apreciados pelo Município.
4. A verba constante da alínea b) do nº 1 da cláusula terceira, poderá sofrer as alterações necessárias à adequação do número de animais a intervir no ano da renovação e será determinada consoante o plano de intervenção apresentado pela Associação, de acordo com a disponibilidade financeira do Município e

ainda, de acordo com o número de Protocolos assinados ou a assinar pelo Município com outras entidades.

5. Qualquer uma das partes pode denunciar a qualquer tempo o presente protocolo, mediante carta registada com aviso de receção, com antecedência mínima de sessenta dias relativamente à data em que se pretende que a denúncia se torne eficaz.

DÉCIMA

(Incumprimento, Rescisão e Sanções)

1. ---- O incumprimento do projeto e atividades ou das condições estabelecidas no presente protocolo, constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Município.
2. ---- Sempre que o Município verifique que não está cumprido qualquer dos requisitos referidos no n.º 4 do artigo 9.º da Portaria n.º 146/2017 de 26 de abril, pode determinar medidas corretivas ou a suspensão do programa CED em curso e proceder à recolha dos animais para o CRO.
3. ---- Independentemente do disposto no número anterior, as partes podem, em qualquer momento, cessar todos os efeitos do presente protocolo mediante denúncia.
4. ---- Para efeitos dos números anteriores, a rescisão por incumprimento ou denúncia processa-se através de comunicação escrita, com aviso de receção, dirigida à contraparte com a antecedência mínima de trinta dias.
5. ---- Havendo incumprimento, a Associação fica impedida de recorrer a novos auxílios/apoios, durante o prazo de dois anos.

DÉCIMA-PRIMEIRA

(Revisão do Protocolo)

1. Qualquer alteração, adaptação ou aditamento ao presente Protocolo carece de prévio acordo entre as partes, dependendo de expressa concordância de ambas, devendo ser reduzidas a escrito, mediante adenda, a qual fará parte integrante do mesmo.

2. O protocolo pode ainda ser objeto de revisão, unilateralmente pelo Município, em resultado de imposição legal superveniente ou ponderoso interesse público, ficando sempre sujeita a prévia aprovação da Câmara Municipal.

DÉCIMA-SEGUNDA

(Omissões)

Tudo quanto é omissa no presente protocolo será dirimido por acordo entre as partes contratantes.

DÉCIMA-TERCEIRA

(Produção de efeitos)

O presente Protocolo produzirá efeitos a partir da data da sua assinatura.

Paços do Município de Braga, 26 de junho de 2023

Pela Associação Abrigo da Luna,

Pelo Município de Braga,

O Presidente da Direção

O Vereador

*(Com a área de responsabilidade da
Política Animal, com competência delegada
por Despacho do Sr. Presidente de 18 de
outubro de 2021)*

Documentos anexos:

1. Fotocópia da escritura pública de constituição e Estatutos da associação
2. Fotocópia da Ata de eleição dos corpos sociais em exercício
3. Certidões comprovativas da situação regularizada perante o Município, a SS e a AT
4. Colónias identificadas